



QUE PRESIDENTE É ESTE? - NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DE JOSÉ SARNEY NA COBERTURA DO PLANO CRUZADO

Rafael Fortes¹

“O início de um governo – Espremido na arena política, Sarney bane o cruzeiro da vida nacional e joga-se com audácia numa reforma que o país aprova”² (*Veja*, 05/3/1986)

Introdução

Este artigo se insere no contexto de minha pesquisa de mestrado sobre a cobertura do Plano Cruzado (1986) em quatro grandes órgãos jornalísticos³. Seu objetivo específico é compreender a reconstrução de certos elementos do passado na cobertura do Plano Cruzado – mais precisamente, a construção da figura de José Sarney como herdeiro da campanha pelas diretas e do legado político de Tancredo Neves. Para dar conta desta análise, utiliza uma bibliografia em torno do conceito de memória.

Ele vê a imprensa como espaço de construção da memória coletiva a respeito de um passado recente: acontecimentos de 1984-1985 sendo reinterpretados à luz do plano editado em 1986. Neste texto, a memória é entendida no sentido inaugurado por Halbwachs (1990): como construção coletiva e social; como formadora de identidade e feita no presente, através da reconstrução do passado. Embora seu modelo seja posto em perspectiva por outros autores (entre eles, Huyssen e Namer), pois não dá conta de certos aspectos da aceleração da vida no fim do século 20, as idéias seminais de Halbwachs mencionadas acima continuam válidas.

¹ Aluno do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF); contato: raffortes@hotmail.com. Agradeço os comentários dos professores Afonso de Albuquerque e Marialva Barbosa.

² Tratam-se do título e subtítulo da primeira reportagem publicada por *Veja* sobre o Plano Cruzado. *Veja* n. 913, 5/3/1986, p. 20.

³ Tratam-se de duas revistas (*Veja* e *Istoé*) e dois jornais (*Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*). Este artigo, que corresponde à primeira abordagem do objeto empírico, conta com material de *Veja* e *Jornal do Brasil*.

É bom ressaltar que o material empírico pesquisado para este trabalho resume-se aos dois meses posteriores ao lançamento do Plano Cruzado, com destaque para dois momentos: o lançamento do plano e o primeiro aniversário da morte de Tancredo Neves. Trata-se de um período em que o plano alcançou enorme popularidade, alçando o presidente José Sarney à condição de ídolo nacional. Tal é o contexto dentro do qual deve ser compreendida a construção de sua imagem como *grande estadista*, à altura do falecido Tancredo Neves.

Neste sentido, este artigo procura compreender a construção da memória de certos acontecimentos políticos de 1984-5 – movimento pelas Diretas-Já; eleição de Tancredo; morte de Tancredo e ascensão de Sarney como presidente – como uma prática social coletiva que se deu dentro do espaço político (discursos no Congresso, por exemplo) e na imprensa. Como afirma Namer (1987), nas práticas sociais coletivas de memória, esta nunca é pura, sofrendo mutações, alterações, influências, problemas. Para Namer, a memória se constrói no presente e na prática, em diálogo com o passado. Para ele, a memória é essencialmente prática discursiva – ele pensa a memória como discurso, e o discurso como prática. Sendo assim, a memória é campo de luta, de construção, de disputa de sentido. Esta visão é corroborada por Jacques Le Goff (1990), para quem

a memória colectiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência ou pela promoção. (p. 46)

No que diz respeito à imprensa, Zelizer (1992)⁴ estudou a forma como, através da autoridade jornalística, os jornalistas se legitimam perante a sociedade e constroem a si mesmos como comunidade. Num estudo que toma por base a cobertura (e as posteriores referências a esta cobertura) do assassinado de John Kennedy, defende a idéia de que, em momentos críticos, o público se volta para os jornalistas em busca de elucidação dos acontecimentos. Neste sentido, ela vê os jornalistas como uma comunidade interpretativa, “se auto-credenciando através de suas narrativas e de suas memórias coletivas” (p. 9). Zelizer

⁴ O estudo de Zelizer é interessante para a discussão sobre a reapropriação do passado. O passado é constantemente atualizado e reconstruído, à luz do presente (e dos interesses dos agentes que o reconstróem no presente). Esta idéia serve para contextualizar a apropriação do legado de Tancredo feito por seu sobrinho, Aécio Neves, durante a campanha (vitoriosa no primeiro turno) para o governo do Estado de Minas Gerais, em 2002.

constrói a autoridade jornalística como um tipo ideal. Essa noção sem dúvida é útil para entendermos o papel que os jornalistas exercem na sociedade (norte-americana, especialmente; mas, sem dúvida, em qualquer lugar os jornalistas exercem sua profissão com base em algum tipo de autoridade legitimada na sociedade), mas deve ser posta em perspectiva. É inviável querer tratar a cobertura do Plano Cruzado (ou as referências, durante a mesma, aos eventos de 1984/85) de forma parecida à que Zelizer usou para tratar da cobertura do assassinato, pois as diferenças entre os eventos, sociedades e países são múltiplas. Por outro lado, num momento de grande perplexidade por parte da população, ela se voltou para a mídia em busca de informações sobre “como ficaria a vida” após as drásticas medidas econômicas.⁵

A idéia de nação desempenha um papel importante na construção da memória – e a construção do passado de Sarney não constitui exceção. Ressaltando a importância das especificidades, Huyssen (2000) destacou que “(...) é importante reconhecer que embora os discursos de memória possam parecer, de certo modo, um fenômeno global, no seu núcleo eles permanecem ligados às histórias de nações e estados específicos” (p. 16). É neste sentido que podem ser compreendidas as novas apropriações feitas em 1986 a respeito do passado recente. O desgastado governo Sarney, que já durava um ano, dava uma cartada decisiva em busca de popularidade e sustentação⁶. Na cobertura pela mídia jornalística, tais medidas foram consideradas o início efetivo da Nova República, ou seja, de uma nova etapa na história do Brasil. Trata-se, por sinal, de fenômeno bastante interessante, na medida em que a República brasileira foi apresentada como *nova* a partir da adoção generalizada da expressão *Nova República*, cunhada por Tancredo Neves.

Ainda para Huyssen, é impossível discutir a memória sem considerar a “enorme influência das novas tecnologias de mídia como veículos para todas as formas de memória.” (p. 20), o que, no âmbito deste estudo, reafirma o papel da mídia jornalística como veículo de reconstrução dos acontecimentos de 1984-5 e de construção de uma identidade nova para o governo e, por extensão, para o próprio país.

⁵ Como atesta RAMOS (1988), “as revistas e os jornais brasileiros experimentaram um crescimento incomum nas tiragens.” (p. 26)

⁶ Em fevereiro, com inflação altíssima e baixos índices de popularidade, vários setores do próprio PMDB, partido de Sarney, não o apoiavam. Boa parte da esquerda defendia a idéia de que seu mandato deveria ser encerrado e que se fizessem eleições diretas para a Presidência.

Por sua vez, Gillis (1996) ressaltou que a memória e a identidade têm um caráter político (dentre outros caracteres) e é usada de acordo com os interesses de determinados grupos. O autor defende a idéia de que a memória é sempre uma construção particular de determinada sociedade (ou grupo, ou indivíduo) em um contexto/momento específico. A memória é dotada de um aspecto político forte, envolvendo disputas por poder e legitimação.

A mídia jornalística atua como espaço de luta, compreendendo a fabricação de silêncios e esquecimentos⁷. Trabalhar com memória é lidar com traços do passado atualizados no presente. Para Pollak (1989),

a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa (...) uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem de uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (p. 8).

Tudo isto ajuda a compreender e mapear as relações entre memória, mídia e sociedade, além de contextualizar possíveis conseqüências do processo de construção de memória através da mídia. Mas quais foram as referências a Tancredo Neves e às Diretas-Já na cobertura do Plano Cruzado? As próximas seções analisam a cobertura do Plano Cruzado no que diz respeito a estes dois temas específicos. No entanto, a separação entre as duas partes não é rígida, pois, em diversos momentos, teoria, objeto e análise se sobrepõem. Após a conclusão, há uma pequena cronologia dos eventos entre 1984 e 1986.

A herança de Tancredo

Em janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito indiretamente para a presidência da República, tendo como vice José Sarney. Na véspera de assumir a presidência, adoeceu e foi levado às pressas para um hospital. Com a internação do presidente eleito, que ficou impossibilitado de tomar posse, era preciso escolher entre Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados e líder da campanha pelas diretas, e José Sarney, presidente do PDS

⁷ Ao tratar da dialética entre memória e identidade, Candau (1998), retomando uma idéia de Freud, afirma que um dos estágios da construção de ambas se dá através da relação entre lembrança e esquecimento.



(Partido Democrático Social, partido de sustentação do regime militar) e líder da campanha contra as eleições diretas. (Guimarães e Amaral, 1988)

Em 15 de março de 1985, com Tancredo hospitalizado, Sarney tomou posse como presidente interino. No mês seguinte, Tancredo morreu e Sarney assumiu definitivamente o mandato presidencial.

Em 28 de fevereiro de 1986, enfrentando uma inflação altíssima, que beirava os 15% ao mês e ameaçava alcançar entre 400% e 500% ao ano, Sarney lançou um plano econômico que dava um choque na economia. O plano atingiu extraordinário sucesso nas primeiras semanas, encheu de esperança os brasileiros e tornou Sarney um presidente extremamente popular.

Voltemos a Tancredo Neves. Ele foi eleito o primeiro presidente civil da República após um longo (1964-1985) período de ditadura militar. Seu adoecimento e conseqüente morte o alçaram à condição de ídolo nacional, mártir da democracia. Seus funerais emocionaram o país, ao som da música *Coração de Estudante*, interpretada por Milton Nascimento. É como herdeiro deste homem e de seu legado político que Sarney se colocou. Talvez a medida mais significativa neste sentido tenha sido nomear, quando assumiu o Executivo, *exatamente* os mesmos ministros que Tancredo havia escolhido.

O *fenômeno biográfico* e a relevância que ele adquiriu no mundo contemporâneo foram discutidos por autores como Bourdieu (1998) e Rondelli e Herschmann (1999). Uma das razões é “(...) porque sua articulação com diferentes *medias* torna-a [a construção biográfica] crucial para a atribuição de sentido e significado à “realidade” num mundo marcado pela dispersão, efemeridade e pluralidades” (Rondelli e Herschmann, 1999). É importante ressaltar que o artigo de Rondelli e Herschmann trata das coberturas feitas logo após a morte de pessoas famosas, ao passo que a análise aqui realizada é de material produzido um ano após a morte de Tancredo Neves. No entanto, como os próprios autores destacam, toda construção biográfica constitui um corte e um ordenamento específicos de acontecimentos na vida do biografado, em detrimento de outros acontecimentos e ordenamentos possíveis. É neste sentido que, embora o objeto biográfico deste trabalho (a recontagem de aspectos da vida política de Tancredo Neves durante a cobertura do Plano Cruzado) ocorresse um ano após a sua morte – uma diferença de tempo muito superior, se comparada aos relatos analisados pelos dois autores, o que implica em diferentes objetos e

também em diferentes parâmetros para análise –, certas idéias de Rondelli e Herschmann a respeito do *fenômeno biográfico* são úteis neste artigo.

A primeira reportagem de *Veja* sobre o Plano Cruzado⁸ fala de Tancredo Neves logo na primeira linha e, ainda no primeiro parágrafo, de “(...) 1984, quando as bandeiras amarelas da campanha pelas diretas já começaram a expelir o regime de 1964 (...)”. No parágrafo seguinte, novas referências:

Sua [de José Sarney] Presidência não começa em 15 de março do ano passado, pois foi a fatalidade que levou Tancredo Neves ao hospital e, dali, para o túmulo, enquanto o destino levava seu vice da interinidade à condição de titular. (...) O governo Sarney, imposto pela morte de Tancredo (...)⁹

Na página subsequente, afirma-se que “(...) os comícios das diretas mostraram ao PDS, e ao seu presidente, o senador José Sarney, que o regime de 1964 estava finado”¹⁰, acrescentando-se que “A mão que há dois anos apedrejava o governo oferece-se agora para afagá-lo (...)”¹¹.

O que temos aqui é, primeiro, a vinculação de Sarney à figura de Tancredo Neves. A vinculação, a princípio, é natural e óbvia, uma vez que os dois formaram a chapa vencedora da eleição indireta para a Presidência. No entanto, é possível ir além. Mesmo explicitando o fato de que Sarney era presidente do PDS em 1984, a reportagem não menciona que o partido fora a base de sustentação do governo militar e que o então senador fora o líder da campanha *contra* a aprovação da emenda que instituiria as diretas (líder que acabaria saindo vencedor, com a derrubada da emenda na votação do colégio eleitoral). Por sua vez, a mobilização popular é reduzida à metáfora de uma mão, que em 1984 atuara contra o governo de João Figueiredo e em 1986 jogava a favor de Sarney, entusiasmada com o Plano Cruzado. Quer dizer, a memória da mobilização popular pelas diretas é reduzida a um indicador da direção para a qual José Sarney deveria ir – o que ele acabaria fazendo depois, ao ser candidato a vice na chapa de Tancredo Neves.

É possível também perceber a associação de José Sarney a Tancredo Neves e ao movimento pelas diretas pelo expressivo número de vezes em que tais expressões e outras,

⁸ Cf. “O início de um governo”, *Veja* n. 913, 5/3/1986, p. 20-21.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

como “mobilização pela democracia” e “campanha de 1984”, aparecem na amostragem pesquisada¹². A associação se dá não somente pelo aparecimento das expressões, mas porque foi encontrada apenas uma ocasião em que o passado político de Sarney foi apresentado claramente como *oposto* às diretas ou à linha de Tancredo Neves – ainda assim, num artigo de opinião. No que diz respeito à atuação de Sarney no governo, a única exceção ao que é defendido aqui é reportagem intitulada “Tancredo não teria feito o choque econômico”¹³, que, ao contrário do que o título sugere, fala mais da “sombra” de Tancredo sobre o governo Sarney do que de alguma posição marcada do falecido político a respeito de medidas econômicas – e, além disso, ao utilizar o futuro do pretérito, que corresponde à suposição (em outras palavras, não-informação), contraria uma das premissas básicas do jornalismo.

Um momento crucial foi o dia seguinte, 21 de abril, quando se completava um ano da morte de Tancredo. Foram publicados dois artigos¹⁴ a seu respeito na página de opinião, além de uma peça publicitária¹⁵ do governo federal homenageando Tancredo e ligando-o a Sarney. No mesmo dia, Tancredo Neves (*post-mortem*) e José Sarney receberam uma condecoração do governo do Estado de Minas Gerais. A popularidade de Sarney estava no auge, e o evento contou com ampla cobertura nas edições do dia seguinte dos jornais.

De uma maneira geral, construiu-se a figura de Sarney como *herdeiro legítimo* do *espírito* da campanha pelas diretas e de Tancredo Neves. Caracterizado como herdeiro de Tancredo, Sarney foi situado não apenas como herdeiro político, mas também do *projeto econômico* que o primeiro tinha para o país.

A herança das Diretas-Já

Em 1984, a campanha pelas Diretas-Já havia mobilizado o país em torno da vontade de eleger o presidente da República, vinte anos após o golpe militar que pusera fim à democracia. Embora a emenda das diretas fosse posteriormente derrotada no Colégio

¹² Cf., por exemplo, *Veja* n. 913, 5/3/1986, p. 26. A edição n. 915 (19/3/1986) de *Veja* traz José Serra como entrevistado. O título é “O Cruzado já vingou”, e o subtítulo, “Para o coordenador do plano de governo de Tancredo, a reforma deu certo e terá na economia o efeito que o fim do AI-5 teve para a política.”

¹³ *JB*, 20/4/1986, p. 28.

¹⁴ Cf. “Tancredo Neves”, de Francisco Dornelles; e “Tancredo, Hoje”, de Mauro Salles. *JB*, 21/4/1986, p. 11. O artigo de Salles aproxima Sarney de Tancredo, afirmando que ambos tinham os mesmos sonhos e ideais. Para Salles, Sarney executa no governo o que Tancredo queria, o que deixara escrito em seus projetos para o país.

¹⁵ Cf. *JB*, 21/4/1986, p. 5.

Eleitoral, a campanha se estabeleceu no imaginário coletivo como o primeiro grande momento de participação do povo na vida política do país após duas décadas de ditadura militar.

O item anterior já trouxe alguns exemplos e análises com relação à menção das diretas e da participação popular na cobertura do Plano Cruzado. Eis mais alguns, que também se incluem nas observações feitas anteriormente:

(...) o presidente dizia que a Nova República “instalou-se entre esperança e angústia. A esperança da liberdade, das mudanças e da democracia e a angústia da tutela estrangeira sobre a nossa política econômica.”

No auge do seu pronunciamento, Sarney conclamou o povo a ajudá-lo: “Não bastará a nossa firmeza, se faltar a coragem do povo. Foi a coragem do povo que nos reintroduziu na democracia.” (*JB*, “Sarney conclama o povo para guerra contra a inflação”, 1/3/1986)

Buscando força nos movimentos de rua que derrubaram o regime militar e inspiraram as primeiras iniciativas da Nova República, Sarney concitou o povo a usar de sua coragem para o que chamou de “guerra de vida e morte contra a inflação” (...) (*JB*, editorial “A sorte está lançada”, 1/3/1986, p. 12)

A utilização de uma retórica que remete à idéia de *guerra* é recorrente na cobertura do Plano. Frente a um inimigo comum, a guerra unifica a nação em torno de um líder, estabelecendo uma hierarquia incontestável e, conseqüentemente, um clima no qual a discordância interna é vista como sabotagem ou traição. A inflação é o inimigo; Sarney, o líder; o povo, convertido em “fiscal do Sarney”, os soldados; os críticos do plano¹⁶ (incluindo políticos de oposição e sindicalistas) e os empresários que praticavam aumentos constituíam os *sabotadores*. Segundo um dos autores já discutidos,

manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência
(Pollak, 1989, p. 9).

Sintomática disso é a capa de *Veja* de 30 de abril. Ilustrando a chamada “Economia – os inimigos do pacote”, ela traz uma foto da máscara de Darth Vader, personificação do Império do Mal na trilogia cinematográfica *Guerra nas Estrelas*. A reportagem de capa traz

¹⁶ Com destaque para Leonel Brizola e Saturnino Braga, então governador e prefeito do Rio, respectivamente, alvos de intensas críticas, sobretudo em editoriais dos jornais cariocas.



vários termos do vocabulário de guerra, incorporando um vocabulário utilizado também pelas fontes:

“Nós temos que nos organizar para batalhas campais decisivas, com grande barulho e, se possível, com a televisão cobrindo ao vivo”, diz um dos articuladores do plano. “Se a batalha for desse tipo, ganhamos fácil, mas se continuarmos aceitando um combate de guerrilhas, no qual o adversário atire e foge para o gabinete, estamos fritos”, prossegue.¹⁷

Embora atuando neste contexto, a imprensa forneceu elementos que conferiram a José Sarney uma *legitimidade democrática* – herdeiro de Tancredo e das Diretas-Já. Essa reinterpretação do passado – que não cabe aqui discutir se foi intencional ou não, e até que ponto – ajudou a construir uma certa coesão interna, com efeitos claramente políticos. Novamente, Pollak (1989) nos ajuda a compreender o processo:

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade.” (p. 11)

Este trecho serve para pensar o discurso de unidade nacional que se construiu em torno do Plano Cruzado, imediatamente após seu lançamento; e, num segundo momento, na projeção de José Sarney como o grande líder que veio substituir Tancredo Neves nas tarefas de reconduzir o país rumo à democracia e de acabar com a inflação. É notório, no Brasil, o costume de se colocar o “interesse nacional” acima de leis e constituições – para alguns analistas, como Guimarães e Amaral (1988), foi o que acontecera quando José Sarney foi empossado presidente. No lançamento do Plano Cruzado, mais uma vez foi amplamente utilizada a retórica do “interesse nacional”¹⁸. Neste momento, a atitude de Sarney foi interpretada como corajosa, como o gesto de um líder que não se furtava a assumir a responsabilidade que o destino lhe confiara. A partir de um enquadramento *oficialista*¹⁹, a imprensa participou ativamente deste processo.

¹⁷ “Os desempacotadores”, *Veja* n. 921, 30/04/1986, p. 24.

¹⁸ A idéia de que o jornalismo brasileiro costuma reivindicar para si o papel de falar em nome do *interesse nacional* é explorada por Albuquerque (2000).

¹⁹ Para uma discussão sobre enquadramento, incluindo o oficialismo, ver Entman (1991).

No dia 16/4/86, o *Jornal do Brasil* publicou um artigo intitulado “A hora e a vez da senzala”, no qual o psicanalista Hélio Pellegrino afirmava que Sarney se rendera ao *espírito das Diretas*. (grifos meus)

Nota-se, mais uma vez, a relação íntima estabelecida entre a mobilização do povo em 1984 e a mobilização conclamada por Sarney em 1986. É como se se tratassem de duas *obrigações cívicas*: em 1984, cabia aos cidadãos ir às ruas reivindicar o direito de votar para presidente. Em 1986, o papel reservado para eles era outro: o de engajarem-se para defender o congelamento e, em sentido mais amplo, o Plano Cruzado e o Brasil. No entanto, a natureza da participação não é a mesma: nas Diretas-Já, tratava-se de ativismo político, cujo espaço principal eram as ruas; no Cruzado, de ativismo cujo agente era o cidadão consumidor, tendo o comércio como lugar predominante de ação.²⁰

No caso da aproximação de Sarney com o então recente passado das diretas, é importante notar a pouca ressonância que vozes discordantes tinham nos espaços de narração e discussão do plano na mídia jornalística. Figuras como Brizola e Luis Carlos Prestes²¹ fizeram fortes críticas ao pacote econômico, sem, contudo, conseguirem grande espaço na imprensa. O primeiro algumas vezes conseguia – normalmente, para ser tratado como um opositor automático, que punha suas crenças políticas acima do bem do país²² (a *sabotagem* tratada anteriormente). O mesmo se deu com a CUT²³ e os economistas e políticos de sindicatos e de diversos partidos de esquerda. Além disso, deu-se também um claro silêncio, uma vez que não houve espaço para vozes que colocassem em perspectiva o passado político de Sarney (fosse apontando-o como contrário às diretas, como adversário de Tancredo, como membro da base do regime militar).

Sendo assim, não é acaso o trecho abaixo, que reporta o discurso de José Sarney numa reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Salvador (BA). Além da reportagem, o jornal publicou o discurso de Sarney na íntegra.

Falando em nome do povo brasileiro, Sarney agradeceu a participação da imprensa na construção da Nova República, “especialmente em momentos como este, em que mudanças profundas deixam de ser

²⁰ Uma reflexão sobre as intrincadas relações entre cidadania e consumo é feita em Canclini (1999).

²¹ Cf. “Prestes acha que plano ludibria o povo e não acabará com a inflação”, *Jornal do Brasil*, 23/4/86, p. 2.

²² Cf. “Brizola deixa Sarney sair e ataca a economia”, *Jornal do Brasil*, 23/4/86, p. 2.

²³ Central Única dos Trabalhadores.



palavra para se tornarem uma grande ação e um grande objetivo político.”²⁴

Conclusão

Como foi visto, não se pode pensar a memória sem olhar as demandas do presente. A memória constitui-se de construções políticas do presente, que atendem a interesses e disputas de poder, enquanto buscam legitimar-se no passado.

A construção da memória analisada neste artigo se faz com a presença constante de dois eixos (não necessariamente relacionados, embora isto aconteça em vários momentos; não necessariamente concordantes, embora isso se dê na maioria dos casos). Esses eixos não são apresentados separadamente como causa e consequência, mas sim justapostos – a separação justifica-se aqui como um elemento a facilitar a apresentação das conclusões da análise.

Primeiro, através da glorificação do passado recente – seja da figura de Tancredo, seja do movimento a favor das Diretas-Já (*contra* o qual José Sarney atuou, é sempre bom lembrar). Segundo, alçando Sarney à posição de *herdeiro legítimo* da política e dos ideais de Tancredo Neves e considerando a atuação da população em defesa do Plano Cruzado uma herança direta da mobilização popular da campanha pelas diretas. Duas lembranças: a primeira, de um momento salvador, em que Tancredo emergiu como salvador da pátria; a segunda, do movimento-símbolo da participação política depois de duas décadas de ditadura militar.

A partir dos dois eixos, este artigo buscou analisar como, através de um mecanismo inusitado – a economia –, um ano após tomar posse, ocorreu uma grande revisão do passado recente e do presente da Nova República, num processo diretamente relacionado – simultaneamente causa e efeito – à popularidade adquirida pelo presidente José Sarney²⁵. Este processo de legitimação, detonado por um acontecimento do presente (o lançamento do Plano Cruzado), lançou mão de um legado tornado memorável.

Numa reconstrução que incluiu estabelecer o Plano Cruzado como o momento inicial de um governo que completava um ano, o passado de José Sarney, e também as Diretas-Já e a figura

²⁴ *JB*, 6/3/1986, p. 4.

²⁵ “A reforma que Sarney decretou e que o tornou o mais popular dos presidentes brasileiros desde Getúlio Vargas (...)”. “Os desempacotadores”, *Veja* n. 921, 30/04/1986, p. 23.



de Tancredo Neves, foram reordenados e redimensionados, de maneira a formar um conjunto coerente no presente, à luz da glória praticamente imediata adquirida pelo presidente ao lançar o Plano Cruzado.

Pequena cronologia

- Fins de 1983 O deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT) apresenta ao Congresso um projeto de emenda constitucional que ficaria conhecido com o seu nome, defendendo a realização de eleições diretas para presidente.
- 25/4/1984 A emenda Dante de Oliveira é derrubada por votação no Congresso Nacional.
- 15/01/1985 Tancredo Neves, tendo José Sarney como vice, é eleito presidente do Brasil pelo Colégio Eleitoral.
- 14/3/1985 Véspera da posse. À noite, Tancredo Neves é internado às pressas no Hospital de Base de Brasília.
- 15/3/1985 José Sarney toma posse como presidente da República.
- 21/4/1985 Tancredo Neves morre.
- 28/02/1986 (sexta-feira) Feriado bancário. Sarney anuncia o “Plano de Inflação Zero” (que pouco depois ficaria conhecido como Plano Cruzado), às 10h., em cadeia nacional de rádio e TV.
- 3/3/1986 (segunda-feira) Reabertura dos bancos (primeiro dia de funcionamento dos bancos sob o Plano Cruzado).
- 21/4/1986 Primeiro aniversário da morte de Tancredo Neves.
- 21/11/1986 Anúncio de ajustes, que posteriormente seriam chamados de Plano Cruzado II. O plano significou a volta da indexação da economia e o fim do Plano Cruzado.



Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Afonso de (2000). Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. *Contracampo*, Niterói, v. 4, p. 23-57.
- BOURDIEU, Pierre (1998). A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro, FGV.
- CANCLINI, Nestor Garcia (1999). *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- CANDAU, Joel (1998). *Mémoire et identité*. Paris, PUF.
- ENTMAN, Robert M. (1991). Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. *Journal of Communication*, Philadelphia, PA, v. 41, n. 4, p. 6-26, autumn.
- GILLIS, John R. (1996). Memory and identity: the history of a relationship. In: GILLIS, John R. (org.). *Commemorations*. Princeton: Princeton University Press. p. 3-24.
- GUIMARÃES, Cesar; AMARAL, Roberto (1988). Brazilian Television: a rapid conversion to the new order. In: FOX, Elizabeth (org.). *Media and politics in Latin America*. London: Sage. p.125-137.
- HALBWACHS, Maurice (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HUYSSSEN, Andreas (2000). *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- JOSÉ SARNEY. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>. Acesso em 07/12/2002.
- LE GOFF, Jacques (1990). *História e memória*. São Paulo: Unicamp.
- NAMER, Gerard (1987). *Mémoire et société*. Paris: Meridiens Klincksieck.
- POLLAK, Michael (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15.
- RAMOS, Roberto (1988). *Manipulação & controle da opinião pública – a grande imprensa e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo.
- RONDELLI, Elizabeth; HERSCHMANN, Micael (1999). *Os media e a construção do biográfico – a morte em cena*. Trabalho apresentado no GT Comunicação e Sociabilidade, no 8º Encontro Anual da Compós, Belo Horizonte.



ROXO, Marco Antônio (2002). *Jornalistas: o sindicato no dilema entre a militância e o profissionalismo*. Trabalho apresentado no GT Estudos de Jornalismo, no 11^o Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro.

TANCREDO NEVES. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>. Acesso em 07/12/2002.

ZELIZER, Barbie (1992). *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press.